



Relatório da Reunião 01/2012 dos Colegiados de Contadores Públicos e Controladores Internos Municipais

Data: **08 e 09 de março de 2012**

Cidade: **Xanxerê**

Estiveram presentes os representantes das seguintes Associações de Municípios: AMVALI, AMMOC, AMMVI, AMNOROESTE, AMURC, AMEOSC, AMERIOS, AMPLANORTE, AMAUC, AMOSC, AMURES, AMAI, AMAVI E FECAM.

Apresentação dos grupos de estudo:

1- Arquivo morto e livro diário (Ingrid e Marcos/AMUNESC e Gilberto/GRANFPOLIS).

2- Tabela de depreciação dos bens públicos e valor residual; (Patrícia/AMUREL, Edgar/AMAI, Angelita/AMOSC e Alexandre/FECAM)

O assunto será debatido da próxima reunião dos colegiados.

3- Tabela de como gastar os recursos com ASPS; (Edgar/AMAI, Ingrid/AMUNESC, Susana/AMMVI e Jocimar/AMURC)

O material apresentado pelo grupo de estudos será disponibilizado no site da FECAM.

Assuntos deliberados na Reunião:

1. Cartão de pagamento da Defesa Civil

O município deverá executar as seguintes etapas:

- Criar, por lei, a comissão de Defesa Civil;
- Criar uma unidade gestora ou orçamentária para o Fundo da Defesa Civil;
- Registrar um CNPJ, no código de atividade 120-1 – fundo meramente contábil, para abertura de uma conta bancária junto ao Banco do Brasil para então receber os recursos a serem gastos com o cartão;
- Precisa ainda definir os planos de contingências para a defesa civil.

2. Cronograma de ações da Portaria 828/2011

Até o dia 31 de março o município deve publicar um decreto com o cronograma de aplicação do plano de ações.

Após discutir com os Colegiados as datas de início das atividades e o modelo apresentado pelo TCE-SC foi definido que a FECAM elaborará uma minuta de decreto a ser disponibilizada aos municípios com as datas sugeridas para cada ação.

Tópico	Data
I - Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos, tributários ou não, por competência, e a dívida ativa, incluindo os respectivos ajustes para perdas.	Janeiro de 2013
II - Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações e provisões por competência.	Janeiro de 2013
III - Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis, imóveis e intangíveis.	Abril de 2012
IV - Registro de fenômenos econômicos, resultantes ou independentes da execução orçamentária, tais como depreciação, amortização, exaustão.	Abril de 2012
V - Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos ativos de infraestrutura.	Janeiro de 2013
VI - Implementação do sistema de custos.	Janeiro de 2014
VII - Aplicação do Plano de Contas, detalhado no nível exigido para a consolidação das contas nacionais.	Janeiro de 2013
VIII - Demais aspectos patrimoniais previstos no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público	Janeiro de 2014

O Tribunal de contas disponibilizará, via E-Sfinge, a planilha para alimentação das datas das ações. A liberação do sistema provavelmente ocorrerá para o E-Sfinge do segundo bimestre de 2012.

3. Aspectos relativos às condutas no ano eleitoral a partir da LRF

Observar o Parágrafo 9 do Artigo 50 da Resolução TSE nº 23.370 de 28 de dezembro de 2011 que trata das condutas vedadas aos agentes públicos em campanha eleitoral.

“Art. 50. São proibidas aos agentes públicos, servidores ou não, as seguintes condutas tendentes a afetar a igualdade de oportunidades entre candidatos nos pleitos eleitorais (Lei nº 9.504/97, art. 73, I a VIII).

§ 9º No ano em que se realizar eleição, fica proibida a distribuição gratuita de bens, valores ou benefícios por parte da Administração Pública, exceto nos casos de calamidade pública, de estado de emergência ou de programas sociais autorizados em lei e já em execução orçamentária no exercício anterior, casos em que o Ministério Público poderá promover o acompanhamento de sua execução financeira e administrativa (Lei nº 9.504/97, art. 73, § 10)”

Deve-se verificar independente de ano eleitoral ou não, se a entidade que recebe o recurso pode realizar a atividade a que se destina o recurso. Observar também o art. 42 da LRF.

4. Controle da Destinação de Recursos

Orienta-se a fazer o controle obedecendo a fonte de recurso, foi sugerido que se elabore um treinamento para os tesoureiros municipais.

As pendências com relação as fontes de recurso serão levadas para a reunião com o Tribunal de Contas/DMU que ocorrerá até maio de 2012.

5. Aquisição de peças e mão-de-obra – licitação

O tema será levado para a Diretoria de Licitação do Tribunal de Contas na reunião do colegiado com o referido Tribunal.



6. Prazo de arquivamento de processos licitatórios

Os membros do colegiado, Ingrid e Marcos da AMUNESC e Gilberto Brasil da GRANFPOLIS, que compõem o grupo de estudos sobre o tema “arquivo morto”, irão elaborar parecer sobre o tempo de arquivamento dos processos licitatórios.

7. E-sfinge 8.0 não contempla elemento 70 – Rateio participação em Consórcios

A versão 8.01 do E-Sfinge resolveu o problema.

8. Congresso de Secretários de Finanças Contadores e Controladores Internos Municipais

No ano de 2012 o congresso será realizado em Florianópolis, para 2013 está pré-agendado o município de Chapecó.

Como sugestão de temas para o evento de 2012 temos:

- Nova contabilidade pública;
- Final de mandato, leis da transparência, responsabilizações;
- Impactos da nova contabilidade pública na área da tributação;
- Implantação dos Consórcios Públicos.

9. Remessa documentos ao TCE-SC e IN 11/2011

O assunto trata da responsabilidade do Controle Interno sobre as informações no sistema e-Sfinge quanto aos dados do Depto. de Pessoal. O tema será levado para a reunião com o Tribunal de Contas.

10. Tabela de depreciação de bens públicos e valor residual

Vamos solicitar ao TCE-SC a criação no e-Sfinge da conta contábil para o ajuste do valor recuperável do bem.

Será discutida na reunião com o TCE a portaria 78/2012 que trata da depreciação e reavaliação dos bens. A equipe para discutir o assunto foi composta pelo Alexandre da FECAM, Edgar da AMAI, Angelita da AMOSC e Rafael da AMMVI. Outro assunto a ser discutido é o critério para o ajuste do valor dos bens.